

A IMPORTÂNCIA DA RESISTÊNCIA DE VILA VIÇOSA NOS 350 ANOS DA BATALHA DE MONTES CLAROS

(Conforme publicado inicialmente em: “A importância da resistência de Vila Viçosa nos 350 anos da Batalha de Montes Claros” (2015), *Revista de Cultura Callipole* n.º 22, Vila Viçosa, pp. 123-142). Se añaden las fotos, mapas y gráficos.

Nuno Correia Barrento de Lemos Pires
Coronel Inf^a

Comandante do Corpo de Alunos da Academia Militar



Houve uma Batalha em Montes Claros porque foi decidido socorrer Vila Viçosa³⁷⁹. Vila Viçosa resistiu, defendeu-se e afirmou-se como símbolo da resistência de um povo que via na defesa desta sua praça, não só a defesa da nação (Portugal europeu) mas, acima de tudo, a materialização de algo muito maior, a salvaguarda e defesa de Portugal Império.

Não foi um capricho nem uma decisão irrefletida porque, durante os longos anos em que Portugal dependera do mesmo Rei que o de Espanha, “*Vila Viçosa simbolizava a Corte portuguesa que o reino não possuía e simultaneamente a*

379 “Felice contingente e improviza batalha dos Montes Claros q’ na primeira marcha do exercito de Portugal q’ sahio em socorro da praça de Vila Viçosa governado pello Marquez de Marialva foi acometido pello de Castella a ordem do Marquez de Caracena (...)”: Excerpto duma transcrição dos textos e dos nomes que figuram nos painéis de azulejos da sala das Batalhas do Palácio Fronteira alusivo à Batalha de Montes Claros.

alternativa a Castela” (Araújo, 2004: 185). Vamos recuar a esse período (1580-1640) para entendermos melhor porque tínhamos de garantir que Vila Viçosa, a *sede da Corte portuguesa*, e que não podia ser tomada em 1665.



Ilustração 1 - Palácio Ducal de Vila Viçosa, disponível em:

<http://www.cm-vilavicoso.pt/pt/conteudos/Galeria+de+Imagens/Patrim%C3%B3nio+Calipolense.htm>

Depois de um “matrimónio” pouco voluntário entre Portugal e Espanha em 1580, Portugal é forçado a conviver com muitos dos antagonistas do *cônjuge* e vê os seus territórios e interesses atacados em todo o Mundo, inclusive por alguns dos seus mais antigos aliados³⁸⁰. A Inglaterra envia duas expedições para se apoderar dos Açores em 1591 e 1597 e, tal como os holandeses, atacam permanentemente a marinha (em acelerada decadência desde a malograda expedição da Invencível Armada de 1588). Corsários holandeses saqueiam e assaltam S. Tomé, os ingleses fazem o mesmo em Santos e S. Vicente no Brasil. Portugal resiste como pode mas sem grande apoio de Espanha.

380 “Por arrastamento os inimigos de Espanha tornam-se inimigos de Portugal e deste modo, aproveitando a subalternidade de Portugal, primeiro os Holandeses e depois Ingleses e Franceses, que ambicionavam as riquezas das colónias portuguesas na Ásia, lançaram os seus ataques e começaram a ocupar as posições lusas, sem resposta por incapacidade dos Portugueses e por inércia de Espanha” in Zélia Maria Silvestre Sampaio, XV Colóquio de História Militar, p. 442.

Na Europa, entretanto, Portugal está absolutamente indefeso. Tinha uma população de 1,2 milhões de habitantes e não mais de 2.000 homens disponíveis para a força armada porque grande parte emigrara para o Brasil ou participara nas expedições no ultramar e, ainda, outros tantos estavam a combater na Flandres e na Itália pela glória dos Habsburgos. Em síntese é esta a situação em 1640: a marinha não tem navios³⁸⁴, as fronteiras estão desguarnecidas e abandonadas, o exército não tem nem armas, nem munições nem soldados e o país não tem dinheiro³⁸⁵.

A Restauração (ou a Aclamação)³⁸⁶ em 1640 irá, por isso, ter de recorrer a políticas corajosas, coerentes e globais. A estratégia futura terá de ser pensada holisticamente e executada de forma descentralizada. No plano operacional as missões terão de ser realizadas de acordo com a especificidade de cada um dos territórios em análise, das suas forças, dos respetivos apoios e adversários. A tática a utilizar terá de ser a possível, tendo em conta a distância, o isolamento, o apoio logístico e os meios disponíveis. Será necessária uma política *de génio* para daí resultar uma estratégia sustentável, robusta e global, com práticas operacionais adequadas a cada um dos teatros de operações (Ásia, América, África e Europa) com recurso a uma ação de gestão de meios humanos e materiais que possibilite a tática mais adequada para cada situação, território e força adversária.

A Restauração enquadra-se assim num possível conceito de Guerra Global para Portugal. Desta vez não se podia separar uma política de expansão global, como foram os Descobrimentos, da política de defesa das fronteiras. Agora ter-se-ia de combater, simultânea e concorrentemente não só no território base, na Península Ibérica, como em todos os territórios que se desejava defender nos “cinco cantos” do Mundo. Esta é, talvez, por obrigar ao combate simultâneo em vários teatros de operações, incluindo o continental europeu, a *1ª Guerra Global Portuguesa*³⁸⁷.

384 “o poder naval na metrópole resumia-se a cerca de 20 navios antiquados e de pouco valor militar. Os oficiais experientes eram escassos e as guarnições mal instruídas” José Rodrigues Pereira, *idem*, p. 158.

385 “a queda brusca em que se encontrava a economia desde 1638, no contexto de uma desaceleração vinda de longe, nomeadamente 1621” António de Oliveira in *História de Portugal*, vol VII, p. 100.

386 Restauração ou Aclamação e ainda “*Guerra da Aclamação, o mais das vezes como da Feliz Aclamação e muitas vezes também como Guerras Passadas*” in José Viriato Capela e Rogério Borralheiro, XV Colóquio de História Militar, p. 209.

387 É verdade que a maior parte dos conflitos em que Portugal se viu envolvido “arrastou” quase sempre consequências e combates em outras partes do Mundo. O que separa esta Guerra, que ousamos de classificar de Guerra Global Portuguesa (ver texto publicado

Numa guerra global, com múltiplas frentes e diferentes níveis de ação, torna-se necessário planejar de forma sistemática prioridades políticas e escolhas difíceis. Primeiro que tudo foi necessário criar as condições de base para o desenvolvimento de uma estratégia sustentada em meios financeiros, recursos humanos e materiais. Conseguimos encontrar essa preocupação nas primeiras decisões do novo governo após a aclamação. Vejamos alguns dos passos seguidos.

Da identificação dos problemas em 1640 podemos constatar que a situação é muito precária devido à falta de militares em quantidade e qualidade; não há exército português; as ordenanças tinham sido desfeitas (a situação tinha-se agravado em 1639 por Filipe IV ao ordenar a entrega na sede das comarcas de todas as armas em poder das populações); os nobres, militarmente mais capazes, encontravam-se a servir na Flandres e na Alemanha, comandando os tercios espanhóis. Por outro lado não existem órgãos de gestão para a defesa nacional e os negócios estrangeiros, porque foram áreas que, de uma forma gradual, foram transitando para Espanha num ambiente caracterizado por ameaças à integridade da vida do novo Rei e dos seus mais diretos colaboradores³⁸⁸.

Houve, efetivamente, ataques generalizados às diversas parcelas do Império³⁸⁹, registou-se o surgimento de movimentos de insurreição em alguns dos territórios³⁹⁰ e registou-se uma grande dificuldade em conseguir apoios internacionais. Na crueza das relações internacionais, para a maioria das potências

do autor: “A Primeira Guerra Global Portuguesa: A Restauração”, em *A Guerra*, Coimbra, Revista de História das Ideias, Vol. 30, Faculdade de Letras da Univ Coimbra, pp. 337-353, 2009), é a simultaneidade do combate em vários teatros de operações em que se combatia pela defesa última da existência do Estado Português – a própria existência da nação estava em causa no território europeu, e essa, aparentemente pequena, faz toda a diferença.

388 A diplomacia filipina promoveu a ideia, nas cortes europeias, de que o movimento independentista se limitava a uma rebelião. Ao mesmo tempo a duquesa de Mântua, recolhida em Xabregas, recebia nobres descontentes com a causa da Independência liderados pelo Arcebispo de Braga, que prepararam a conspiração falhada de 29 de Agosto de 1641”; Fernando Martins de Almeida, *Colóquio de História Militar*, p. 363.

389 Nesse mesmo ano de 1640 estava a decorrer uma importante expedição contra os holandeses na Baía: mais uma forma muito portuguesa de combater: companhias de bandeirantes (que tinham a sua origem nas milícias e ordenanças portuguesas) e uma armada expedicionária comandada pelo Conde da Torre (ver: Carlos Bessa, *XV Colóquio de História Militar*, pp. 87 e 97).

390 Importa também referir que nem todos aclamaram o novo Rei: por exemplo no norte de África “o capitão de Ceuta, pressionado pela população, então maioritariamente espanhola, não reconheceu o novo rei, mantendo-se aquela praça para sempre sob domínio da Espanha” In João Brandão Ferreira, *Idem*, p. 159.

da época, *era mais rentável/útil* ter Portugal como inimigo do que como aliado, pois assim justificavam os seus ataques na América, África e Ásia. Portugal estava sozinho não porque queria mas porque se encontrava abandonado pelos que, outrora, se tinham mostrado aliados.



Tinha de se atuar então a variados níveis. No patamar político iniciou-se uma “ofensiva” diplomática para encontrar reconhecimento, apoios, aliados, celebrar tréguas e acordos enquanto, dentro de Portugal, se procurava reforçar a lealdade ao novo soberano e sustentar a sua legitimidade. Do ponto de vista económico tentou-se alterar os mecanismos de exploração comercial no oriente³⁹¹, tendo sido então definida uma forma imediata de disponibilizar fundos financeiros, procurando-se criar os instrumentos económicos para dinamizar o mercado global na obtenção de produtos com origem nos territórios portugueses e, finalmente, foi votado um imposto extraordinário³⁹².

391 “nos 60 anos de domínio filipino (...) houve um prejuízo de 26.240.800 cruzados, em grande parte cobertos com os rendimentos das alfândegas de Malaca, Goa, Ormuz e Lisboa e com o tráfego nas costa de África e no Brasil. A carreira da Índia e a própria Índia deram prejuízo”, Francisco Mendes Magro, XV Colóquio de História Militar, p. 456.

392 A décima militar – 10% dos haveres individuais.

No patamar da estratégia militar eficaz foi criado o Conselho de Guerra e uma Junta de Defesa das Fronteiras. Foram restauradas as Ordenanças de 1570, procedeu-se à organização do 1^o *Exército permanente* que existiu no país, e revitalizou-se a marinha de guerra. Para cada um dos desafios nos vários teatros de operações definiram-se formas ajustadas e diferentes entre si, para lidar com os problemas locais³⁹³.

No território continental português são adotados modelos diferentes para a defesa para cada um dos “habituais” quatro teatros de operações: Alentejo, Beiras, Trás-os-Montes e Minho³⁹⁴. Criam-se os altos cargos de Tenente-General da Artilharia, Tenente-General da Cavalaria, Vedor-Geral do Exército, de Governador de Armas das Províncias, compreendendo estas um total de 25 comarcas e diversas capitânias, tendo à frente um capitão-mor e dois ajudantes. Na Marinha o comando foi entregue a um General do Mar (António Teles Menezes). Para o recrutamento e distribuição das forças, o Exército foi dividido em três escalões distintos: Ordenanças – destinadas a guarnecer as praças-fortes, em companhias de 240 homens cada, a servir como tropa irregular nas operações de pequena guerra, local e circunscrita, e a funcionar como depósito de recrutamento; Auxiliares ou Milícias – destinadas a acudir às fronteiras em situações de guerra, organizadas em terços com cerca de 600 homens; Exército de Linha ou Exército Regular – Exército *permanente* destinado à guerra de manobra, a Infantaria organizada em Terços de 2.000 homens e a Cavalaria em companhias de 100 homens num total de 20.000 a 26.000 infantes e 4.000 cavaleiros³⁹⁵.

393 Portugal sempre combateu e se defendeu de forma adaptada aos territórios, populações e situação geopolítica em que se encontravam – não só a forma de combater era diferente como ainda a forma de organizar as forças para o combate variava de acordo com as regiões e a tática era o que podemos apelidar a tática local adequada.

394 “o do quadrante nordeste, já delimitado, montanhoso, arborizado, bastante povoado, nomeadamente junto da fronteira, aberto a efetivos limitados e facilitando a defesa, em especial a guerrilha; o do Minho, sensivelmente com as mesmas características físicas do anterior, mas mais povoado, dispondo de faixa litoral que facilitava a progressão; o da Beira, ainda com as mesmas características do teatro transmontano em relação à parte física e humana, mas aberto uma vez descido o planalto e atingida a planície litoral; finalmente, o teatro do Alentejo, geralmente aberto a todas as investidas, em especial na sua metade norte, muito menos povoado, dificultando a defesa e permitindo o acesso mais fácil, curto e direto ao objetivo principal do território, Lisboa” in Lopes Alves, *A Guerra da Restauração (1640-1668) no Teatro de Operações Transmontano*. Através das “Memórias arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança” por Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), revista militar, Dezembro de 2005.

395 Um dos maiores exércitos europeus da altura (in Chartrand, *Ob Cit*, p. 6); foi também nesta época que o exército português combateu num verdadeiro conceito de *armas combinadas* (Espírito Santo, p. 7) – infantaria, cavalaria e artilharia.

Reorganiza-se o sistema de recrutamento em “levas”, tornando o serviço militar obrigatório “*para todos os homens válidos dos 16 aos 60 anos, mas com isenção dos lavradores e dos filhos das viúvas*” que com elas coabitassem, sendo para o Exército de linha os oficiais nomeados pelo Rei e os soldados provinham das listas de Ordenanças entre os filhos segundos de todas as classes. Os restantes ficavam distribuídos pelas milícias e os de maior idade nas companhias de ordenanças. O Rei ordenou ainda a reparação de castelos e fortalezas, a abertura de caminhos, em especial na província do Alentejo, funda coudelarias e fábricas de material de guerra e munições. Prepara-se a defesa de Lisboa reforçando-se as fortalezas marítimas e decide-se continuar a política de edificação de fortalezas no Brasil³⁹⁶.

Na expectativa de um possível ataque da Armada espanhola (pelo duque de Maqueda a partir de Cádiz) são atribuídas prioridades à marinha³⁹⁷: com base nos navios apresados aos espanhóis, que mais não eram do que embarcações soltas a somar às naus que chegam da Índia, começa a organizar-se uma Armada de 17 navios com a missão principal da manutenção da segurança da fronteira marítima e na garantia da liberdade de circulação do comércio marítimo nacional. No ultramar, pode afirmar-se que, genericamente, a estratégia portuguesa dividiu-se em marítima e terrestre³⁹⁸ ou seja, controlar as rotas no mar apenas com alguns pontos de apoio em terra e fazer a guerra terrestre a cargo dos poderes locais, apoiados ou não, por forças expedicionárias de socorro.

Finalmente, dentro de uma possível estratégia psicológica, tentou-se apelar, internamente, aos valores da nação³⁹⁹ e lutar, externamente, contra uma imagem internacional *distorcida*, veiculada principalmente por Espanha, de que Portugal não tinha futuro fora dela. Para isso foi essencial uma boa es-

396 “Inteligentemente, Portugal aplicou na Amazónia técnicas militares estrategicamente cabíveis de defesa na formação de uma região onde soube equilibrar o económico, o geográfico e o humano no entrelaçamento perfeito com uma raça já ali existente, dando ao Brasil a sua maior extensão territorial – a Amazónia” in Anete Costa Ferreira, XV Colóquio de História Militar, p. 61; “A coroa Portuguesa tomou medidas acertadas quando nos séculos XVII e XVIII mandou construir fortalezas em toda a região, dotando-as das respetivas guarnições imprimindo uma organização de rondas e vigilâncias permanentemente atentas aos movimentos das forças estrangeiras que tentavam tomar o território” idem, p. 79.

397 José Rodrigues Pereira, pp. 160-161.

398 António Manuel Hespanha, Memória de Portugal, p. 362.

399 Desde o início do século XVII que havia um esforço para reavivar o espírito português: Francisco Rodrigues Lobo com *Corte na Aldeia e Noites de Inverno* (1619); Mosteiro de Alcobaça com *Monarquia Lusitânia*, etc. (ver mais em Espírito Santo, pp. 9-10).

tratégia de comunicação visando a opinião pública e, como consequência, assiste-se nos anos seguintes, a um aumento de intervenções e de publicações, tanto a nível nacional como no estrangeiro⁴⁰⁰.

Definida assim uma estratégia política, económica, psicológica e militar estas passaram à execução através de: uma estratégia genética (o levantamento das forças e equipamentos); de estratégia estrutural (através da organização, composição e articulação dos meios) e, finalmente, de uma estratégia operacional (e que se prende com a utilização dos “parcos e variados” meios de defesa nos *cinco cantos do mundo*). Será nesta última onde centraremos de seguida a atenção para melhor entendermos o esforço e a importância da defesa de Vila Viçosa.

A Guerra Global

Portugal enfrenta uma guerra global dentro de uma mais alargada conflitualidade e evidentemente, também ela global, Guerra no Mundo. Às guerras da religião na França, ao levantamento nos Países Baixos, à ofensiva espanhola contra a Inglaterra, segue-se a terrível Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) a que praticamente nenhum reino europeu escapa e que estende os seus efeitos um pouco por todo o mundo: efeitos **físicos** - pela destruição, pela doença e morte de milhões; efeitos **políticos** - com o nascimento de uma nova ordem mundial com o Tratado de Vestefália, sucessão de novos e diferentes regimes políticos que se impõem, do absolutismo de Luís XIV em França às Assembleias inglesa e holandesa. O mundo está em turbilhão, fervilham ideias novas preconizadas por nomes ilustres como Grotius, Thomas Hobbes, John Locke, Colbert, entre outros. É neste mundo em profunda mutação que Portugal se encontra após a aclamação em 1640.

Na Europa, Portugal regista o início da guerra em terra e no mar. Por terra, a 9 de Junho de 1641, quando patrulhas espanholas atacaram as forças estacionadas em Elvas. No mar, em 26 de Agosto, através de uma planeada ofensiva marítima conjunta portuguesa e francesa na denominada *Empresa de Cádiz* mas que não chega a concretizar-se⁴⁰¹. Por muitos autores tem sido usual considerar que esta guerra, se encontra dividida em quatro fases principais e, para os efeitos de uma breve descrição do que foi o monumental esforço português durante estes longos 28 anos de campanha, apresentamo-las de seguida:

400 Ver a este respeito : Eurico Gomes Dias, *Gazetas da Restauração 1641-1648*.

401 José Rodrigues Pereira, pg. 160.

1ª fase: de 1641 a 1646: caracterizada pela atividade ofensiva dos portugueses que, tanto no reino, como no Brasil, infligiram as primeiras derrotas aos espanhóis (1644 no Montijo) e holandeses (1645 em Tabocas). Os holandeses conquistam em 1641 o Sergipe, o Maranhão, a Ilha de S. Tomé e Angola. Malaca, após alguns combates, capitula. Em 1642 conquistam o Forte de Axém. Portugal assina com a Holanda um tratado de tréguas que concede liberdade de comércio a ambas as partes. Esta fase termina em 1646 com o combate indeciso de Telená e com a partida de uma esquadra naval portuguesa para reforçar uma esquadra francesa no mediterrâneo⁴⁰².

É interessante notar a globalidade desta guerra pela sua ação em diversas partes do mundo e mesmo pelos seus múltiplos atores, vindos também de todo o mundo. Como é habitual e prática comum na Europa desta época, Portugal contratou e procurou forças de outras nações. Desde os “ditos” regimentos do Cardeal Richelieu em 1641 compostos por franceses, italianos e irlandeses⁴⁰³, os regimentos de mercenários contratados nas Províncias Unidas (contra quem combatíamos em 2/3 do Mundo) até aos regimentos franceses de 1661 e os ingleses em 1662.

2ª fase: de 1646 a 1656: caracterizada pela atitude defensiva dos portugueses no reino, que se limitava à cobertura e defesa das praças do Alentejo, Beira e Minho, ao passo que no Brasil e em África, mercê de uma ação ofensiva, conseguiam expulsar os holandeses de Pernambuco e Angola, nomeadamente, através de importantes e decisivas Batalhas como a dos Guararapes no Brasil e na reconquista de Luanda (em 1648). Os holandeses serão definitivamente expulsos do Brasil em 1654. Termina esta 2ª fase com um importante evento interno, a morte do Rei D. João IV e mais um evento externo, registando-se a perda de mais uma praça no oriente, do Forte de Calatué no Ceilão⁴⁰⁴.

402 “A França, o primeiro país com quem se firmou a paz, solicitou o auxílio português em 1646 para combater a Espanha nas águas do mediterrâneo. Em Agosto de 1646 largou para o mediterrâneo uma esquadra portuguesa de sete navios com 1500 homens de desembarque sob o comando de D. João de Menezes e que colaborou na tomada da Ilha de Elba, regressando a Lisboa em 27 de Janeiro de 1647”, José Rodrigues Pereira, p. 161

403 “dos 4.000 efetivos previstos não desembarcaram mais de 100 militares em Portugal” in Jorge de Freitas, XV Colóquio de História Militar, pp. 244 e seguintes: com muito detalhe pelo autor pode ser lido os efetivos que verdadeiramente reforçaram Portugal, as suas origens e a sua ação na guerra.

404 Porque falamos de Guerra e merecem ser recordadas tanto as vitórias como as derrotas, não resistimos a fazer uma referência especial à forma como o Capitão General de Ceilão, D. António de Sousa Coutinho, dirigiu a resistência da praça de Colombo contra os holandeses, e como, esmagado pelo número e pelas armas, conseguiu obter a capitulação com todas as honras de guerra, depois de ter suportado um cerco de Outubro a Dezembro de 1655.

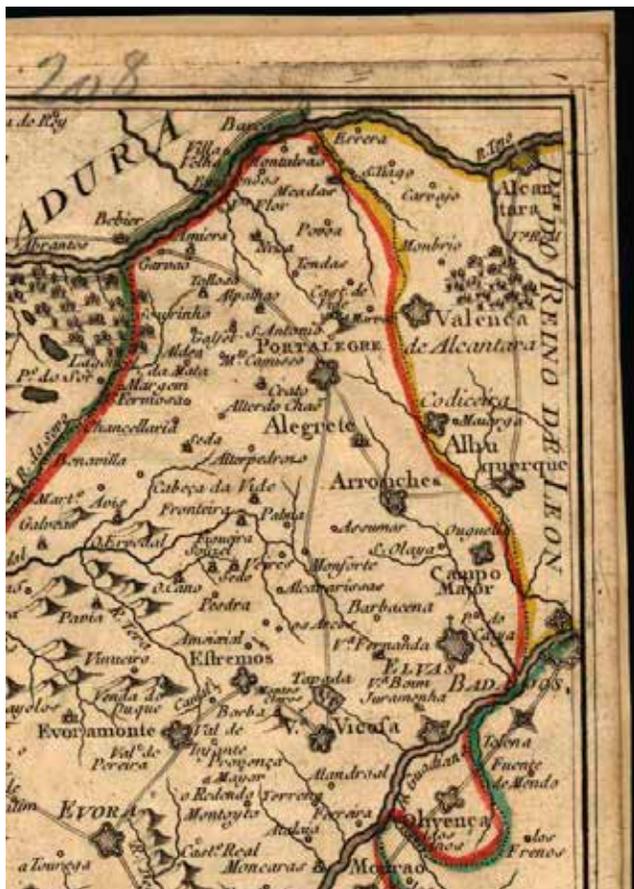


Ilustração 2: Mapa da Província do Alentejo, c. de 1700. Biblioteca Nacional reproduzida por Jorge Penim de Freitas. Disponível em: <http://guerradarestauracao.files.wordpress.com/2011/01/provincia-do-alentejo-1b.jpg>

3ª fase: de 1656 a 1659: começa com o cerco e tomada de Olivença (1656). É esta fase caracterizada pelo malogro da enérgica ofensiva dos espanhóis (entretanto já livres de outras guerras e dificuldades na Europa Central). Em 1658 os holandeses, de novo em guerra aberta contra Portugal desde 1657, tomam Jafanapatão e assim perde-se definitivamente o Ceilão. Restaram apenas duas fortalezas na costa do Malabar: Cochim e Cananor e, outras praças, mais a norte: Goa, Bombaim, Salsete, Damão e Diu. Termina esta fase no Alentejo com a decisiva Batalha das Linhas de Elvas em 1659 (importa notar que foi, talvez, o êxito desta batalha, ou seja o envio de um exército de socorro português para expulsar os castelhanos que sitiavam Elvas em 1659 que levou à confiança na

decisão de que, em 1665, também seria possível enviar um exército de socorro para libertar Vila Viçosa do cerco colocado pelos castelhanos – descreveremos mais adiante).

4ª fase: de 1660 a 1668: Em 1661 é assinado mais um tratado de paz com a Holanda⁴⁰⁵. Também é esta fase caracterizada pela assinatura de um tratado com a Inglaterra em 1662 (que se seguiu ao acordo para o casamento do Rei Carlos II de Inglaterra com a portuguesa Catarina de Bragança que, entre outras condições, incluiu no dote da princesa, as praças de Tânger, no norte de África e de Bombaim na Índia) permitindo o reforço de milhares de militares e de alguns navios ingleses. Houve alterações na ordem interna através de um *Golpe de Estado* – que teve como consequência o estabelecimento do governo do Conde de Castelo Melhor – em 1662. Perdeu-se Coxim para os holandeses em 1664. Esta fase foi ainda caracterizada pela reação enérgica dos portugueses (as Batalhas do Ameixial em 1663, Castelo Rodrigo em 1664 e Montes Claros em 1665). Com a defesa de Vila Viçosa e a Batalha de Montes Claros, *a última de seis batalhas que os portugueses ganharam aos castelhanos depois da aclamação (...) e a vigésima primeira contando as de outros séculos*⁴⁰⁶, Portugal pôde assinar, finalmente, a paz com Espanha, mediada por Carlos II de Inglaterra, em 1668.

Vamos então detalhar a defesa de Vila Viçosa e a Batalha de Montes Claros.

A última fase das Campanhas

No padrão alusivo à *Batalha de Montes Claros*, erguido no próprio local, em homenagem à vitória sobre os castelhanos, pode ler-se claramente a forte relação entre a Batalha e a decisão de libertar Vila Viçosa:

“ No ano de 1665, reinando em Portugal, D. Afonso o VI, em quarta-feira 17 de Junho do mesmo ano, dia infra oitavo do glorioso Santo Português, neste sítio de Montes Claros, D. António Luiz de Meneses, Marquês de Marialva, Capitão General do Alentejo, em batalha singular por espaço de nove horas, que começaram às nove da manhã até às seis da tarde, matou, rompeu, desbaratou e venceu o exército castelhano, que o marquês de Caracena Capitão General de estremadura governava; o qual deixou na campanha um grande número de prisioneiros e muitos cabos, toda a artilharia, carriagem, e a Vila Viçosa livre do sítio que lhe tinham

405 Reconhece-se a soberania portuguesa sobre o Brasil, Angola e S. Tomé e a soberania holandesa do Ceilão, Malaca e Molucas e outras possessões no Oriente tomadas à força pelos holandeses.

406 Espírito Santo, pág. 6

posto. Esta memória fez, para os presentes e vindouros renderem a Deus graças e rezarem pelas almas dos que se acharam e morreram em tão notável contenda.”



Ilustração 3: Monumento erigido no local da Batalha de Montes Claros. Imagem de Jorge Penim de Freitas, disponível em: <http://guerradarestauracao.files.wordpress.com/2013/11/va-montes-claros-memorial2-e1385235881160.jpg>

Esta Batalha surgiu, como vimos, num momento em que a Espanha se encontrava já em paz com a França e fora dos combates na Flandres, na Catalunha ou em Itália, ou seja, podia fazer um derradeiro esforço para conquistar Portugal. O desejo de vingança de Filipe IV de Espanha era grande e materializava-se através de pedidos de ajuda a *“El-Rei de França (...) e ao Gão-Turco (...) com tropas de Alemanha, Itália e Flandres”* e os reforços foram então notórios e preocupantes para as forças de defesa portuguesas: *“que marchassem da Ale-*

manha três mil soldados velhos para servirem na cavalaria e dois mil infantes” (Menezes, 1759: 291-292). A razão de tanta preocupação castelhana em reforçar o seu contingente era fundada pelos desaires sofridos nos últimos dois anos contra as forças portuguesas. Vale por isso a pena recordar e recuar ao início desta derradeira fase da Guerra da Restauração.

Depois da Paz dos Pirenéus em 1659 a situação na Península esclareceu-se: Portugal estava abandonado pela França, de más relações com a Holanda e sem contar com o seu tradicional aliado, a Inglaterra. Espanha mobilizava as suas melhores forças contra Portugal. Em Junho de 1661 rompem as hostilidades em duas frentes (Alentejo e Minho). D. João da Áustria tenta a conquista de Campo Maior (e que o marechal Schomberg consegue evitar); uma segunda ofensiva que consegue a conquista de Arronches em 1661. Em Maio de 1662 são conquistadas as praças de Borba e de Juromenha. Na outra frente a norte, no Minho, o Marquês de Viana, fronteiro da Galiza, marcha sobre Valença mas o Conde do Prado consegue repelir esse ataque. Em 1662, o novo fronteiro da Galiza, Pantoja, renova o ataque sobre Valença mas também não obtém sucesso.

Em 1663, D. João da Áustria, um dos grandes líderes castelhanos que tentou a conquista de Portugal, inicia uma terceira ofensiva. Entra rapidamente em Portugal, conquista Évora e abre o caminho para Lisboa. Entretanto, o Marquês de Marialva reorganiza um Exército de reforço em Aldeia Galega (reforçado com um terço de ingleses e um batalhão de franceses). O alongamento das comunicações com Espanha, sem pontos de apoio dentro de Portugal, obriga D. João a retirar sem atingir o objetivo último da sua campanha que era Lisboa. A retirada irá levar 4 dias com os dois exércitos, castelhano e português, em permanente contacto. Os dois exércitos manobram, travam pequenas escaramuças ao longo do Rio Degebe e finalmente, a 8 de Junho de 1663, nos contrafortes do Ameixial, num sítio chamado *o Canal* – espécie de desfiladeiro que D. João pretendeu aproveitar para escoar o grosso das suas tropas – Schomberg, conhecidas as intenções espanholas e contra a vontade de Vila Flôr (que era efetivamente o comandante da força), tomou posições de batalha e caiu a fundo sobre a vanguarda inimiga. Deu-se a Batalha do Ameixial e a vitória portuguesa foi total.

Toda a artilharia espanhola (8 peças), 1.400 cavalos, milhares de armas, 2.000 carros, e muito outro material variado ficou na posse do Conde de Vila Flôr. Os 4.000 portugueses que estavam prisioneiros dos espanhóis foram libertados. Apenas D. João e alguns destroços conseguiram chegar a Arronches. Nesta batalha ficou provado que os portugueses podiam bater os espanhóis

em batalha campal, deu coesão a um exército formado por contingentes de várias nações, robusteceu a posição de Schomberg como chefe tático e contribuiu para a desmoralização do Exército de Espanha (e que levou à inevitável demissão de D. João de Áustria).

No ano seguinte, em 1664, o saldo foi nitidamente positivo para Portugal. Marialva invade Espanha, toma Maiorga, cerca e conquista Valência de Alcântara. Também se consegue a restauração de Arronches e dá-se a vitória em Castelo Rodrigo.

Mas Espanha está agora completamente livre da França, da Flandres, da Catalunha e da Itália e, o ano de 1665, será para o derradeiro esforço na tentativa de reconquistar Portugal. O soberano espanhol, Filipe IV, não hesita em nomear o seu melhor general, o Marquês de Caracena, ordena-lhe a conquista, exige-lhe a vitória e que garanta a posse de Lisboa. Mas antes, terá de conquistar Vila Viçosa.

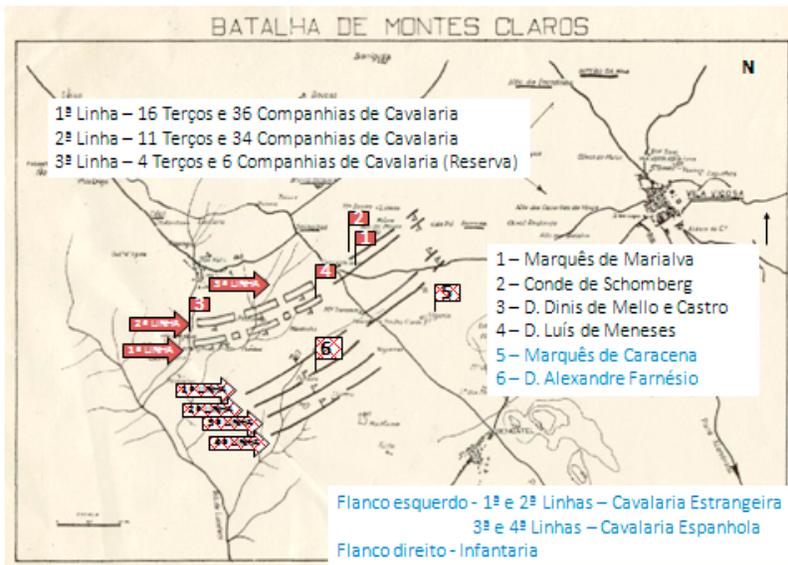
A Resistência de Vila Viçosa

O Marquês de Caracena, vencedor do Marechal Turenne na Batalha de Valenciennes, traçou um plano ambicioso para ocupar Portugal: conquistar Vila Viçosa, para garantir as comunicações com a Espanha; marchar de forma fulminante sobre Lisboa, por Setúbal, em conjugação com um ataque marítimo pela esquadra de Cádiz (com 8.000 homens, 30 navios e 20 galés, plano muito idêntico ao do Duque de Alba em 1580). Caracena chegou a Badajoz, passou em revista às tropas e a decorrente sustentação logística *“as praças da fronteira eram muitas e bem fortificadas (...) lugares abertos destituídos de mantimentos por se haverem recolhidos às praças-fortes”* (Menezes, 1759: 294).

O plano português tinha em atenção que estavam em causa interesses vitais da nação e do império. Castelo Melhor, em Lisboa, fazia fortificar modelarmente Estremoz, levantava outras fortificações, alistava tropas, aumentava os quadros. Com o seu tato político, reconciliou os generais do Alentejo - Marialva, Schomberg e D. Luiz de Meneses. Nomeou Schomberg como chefe de estado-maior do Alentejo, guarneceu e fortificou eficazmente Lisboa e outros portos de mar, em especial Setúbal. Em síntese: *“estavam guarnecidos todos os portos de mar que podiam ser ameaçados (...) Praça de Setúbal governada por Gil Vaz Lobo (...) no Reino dos Algarves o Conde de Avintes por causa de Cádiz”* (Menezes, 1759: 296). Contratou ainda novas tropas estrangeiras (francesas e irlandesas) e, finalmente, procedendo a um judicioso rateio nas guarnições das Beiras e Trás-os-Montes, aumentou as tropas do Alentejo.

Em maio de 1665 reuniu-se, em Estremoz, o Exército do Alentejo, sob o comando do Marquês de Marialva com 20.500 homens (15.000 de Infantaria, 5.500 de Cavalaria) e 20 bocas-de-fogo. A prioridade era claramente defender a praça de Vila Viçosa pelo que não foi surpresa que o terço de Francisco de Moraes passasse para esta praça por forma a *“que ficassem livres do receio de serem fintadas”* (Menezes, 1759: 296). Entendeu o Marquês de Marialva que Vila Viçosa era *“a praça mais arriscada pela falta de fortificações, por ser rodeada de padraços, e não ter mais defesa que o pequeno castelo circundado de uma estrela que só como prognóstico feliz lhe poderia servir de segurança, ocupando tão pouco terreno, que não permitia a numerosa guarnição que necessitava a resistência de um poderoso exército, facilitando (se os Castelhanos a ganhassem) a marcha para Setúbal e podendo servir com a vizinhança de Geromenha de alojamento às tropas estrangeiras”* (Menezes, 1759: 297-298).

Vila Viçosa tinha, de facto, uma importância fundamental para a defesa de Portugal. Era, simultaneamente, uma área de importância geográfica com relevância para a estratégia militar e um símbolo da determinação de muitos povos, espalhados por todo o globo, na afirmação da independência e soberania do Império. Não era por isso accidental que esta importante vila fosse, há muitos anos, pensada para ser defendida: *“o castelo de Vila Viçosa (...) é uma construção claramente castrense, tudo se subordina à essência da função militar (...) foi concebida a pensar em grandes e duros cercos”* (Saramago, 1991: 223). Vila Viçosa *“foi povoação nobilíssima em todos os séculos”* alvo da cobiça e interesse pelos mais importantes povos que passaram pela Península Ibérica. Cartago, e antes ainda do seu maior capitão, Aníbal Barca, ter lançado a sua famosa ofensiva desde aqui até Roma, mandou fundar em Vila Viçosa, por um dos companheiros de Aníbal, Maharbal, um *“magnífico templo ao Deus Cupido”*. Mais tarde, precisamente cinquenta anos depois, foram os inimigos de Cartago, os romanos, que pela mão do pretor Lúcio Munio, fizeram elevar um templo a Proserpina onde atualmente se encontra a igreja de Santiago. Diz o Conde da Ericeira que apenas depois da construção deste templo conseguiram os romanos derrotar os lusitanos. Passados quase dois milénios, situada num importante centro de comunicações, bem defendida e com muitas provisões, a oito léguas de Évora, quatro de Elvas e duas de Estremoz num terreno *“ameno, saudável e alegre”*, continuava a justificar-se, amplamente, a decisão de tudo tentar para manter na posse lusa, Vila Viçosa (Menezes, 1759: 298-289).



Caracena tinha prevista a ofensiva para o início de maio, mas só no dia 22 de maio de 1665 é que deixou Badajoz, instalando-se entre os rios Xévorá e Botova, a uma légua daquela cidade. Nessa região perdeu alguns dias, esperando a chegada das tropas que estavam aquarteladas a maior distância. A 1 de Junho puseram-se em marcha e “a seis alojou em Caia e a sete passou este rio e se aquartelou na Torre das Siqueiras”. O primeiro e principal objetivo é claro, “os castelhanos marchavam a sitiar Vila Viçosa (...) governada por Cristóvão de Brito Pereira” que contava para a sua defesa com “mil e quatrocentos infantes dos terços dos Mestres de Campo Manoel Lobato Pinto, Francisco de Moraes Henriques, e algumas companhias de auxiliares, que governava o Mestre de Campo Thomás de Estrada”. Sobre o dispositivo de defesa “jogavam nas muralhas onze peças de artilharia e havia nos armazéns grande número de munições e mantimentos” (Menezes, 1759: 298). Mas antes dos castelhanos tentarem chegar a Vila Viçosa teriam de tomar, primeiro, Borba.

Não havia a mesma determinação lusa na defesa de Borba do que de para Vila Viçosa ainda que, no ano anterior, tivessem sido dado ordens para a sua defesa: “em 1664, a Câmara de Borba recebeu instruções para continuar a fortificar a vila, de acordo com o plano de defesa do Alentejo” (Simões, 2007: 73). Durante a Restauração, Borba foi assediada duas vezes pelo exército castelhano, primeiro em 1662 onde se provou que a “defesa de nada valeu, o referido alcaide e os seus

soldados foram enforcados após a rendição (...) Paços do Conselho foram incendiados". Talvez este facto explique que "devido ao grande trauma da guerra, da invasão, da ocupação e da destruição que a vila sofreu, não houve qualquer resistência durante a segunda ocupação, no ano de 1665". Caracena tinha de conquistar Borba se a queria utilizar "como trampolim para avançar para Vila Viçosa" (Simões, 2007: 17-18) e, dados os planos de Caracena, "não se podia considerar que a defesa permanecesse muitos dias" e, assim, a "nove de junho marchando o exército de Castela para Vila Viçosa, e ocupando a vanguarda a Vila de Borba, que estava sem povoação" (Menezes, 1759: 300).

Caracena tinha acampado no Caia em 7 de junho de 1665, iniciou a sua campanha no dia seguinte (20 a 30.000 homens com 2.000 Infantaria e 3.000 cavalos alemães e 10.000 da Infantaria da Suíça e da Itália) e, como vimos, conquistando Borba abandonada que estava da sua povoação, no dia 9. Evitou Elvas, contornou-a por norte e, como estava também na posse de Olivença e Juromenha, abriu uma linha de comunicações com a Estremadura espanhola, a qual passava a Sul de Elvas e fora do alcance da mesma.

Sitiou então finalmente Vila Viçosa no dia 10 que, embora possuísse as suas fortificações em mau estado e tendo apenas a, já descrita, pequena guarnição de menos de 2.000 homens e 11 peças de Artilharia, mesmo assim, dotados de elevada moral e determinação, iriam conseguir repelir todas as ações dos castelhanos, embora com elevadas perdas. Vamos detalhar um pouco este enorme esforço.

"O Marquês de Caracena, quando entrou no território de Vila Viçosa, não ficou totalmente satisfeito, por ver que ocupavam montes ásperos, que sucedem uns aos outros". Embora as fortificações apresentassem falhas, o uso inteligente que lhes foi dado permitiu, desde os primeiros momentos da defesa, opor um esforço coordenado e inteligente, de aproveitamento do que havia pois, sendo "todos eminentes à Praça, plantados de olivais e vinhas, com diversão de muros e valados, que separam as propriedades umas de outras, e fazem aqueles sítios mais úteis que tratáveis para a marcha de um exército". Aqui entra também a personalidade e a determinação do comandante da praça, porque "o governador Cristóvão de Brito desprezando todos os perigos" demonstrou que sabia o que queira fazer e tinha um plano de defesa baseado em várias linhas e posições. Assim "não querendo tratar só da defesa do castelo e da estrela mandou ocupar as ruínas do Forte de S. Bento, que dois anos havia sido demolido (..) entregou a defesa ao Mestre de Campo Thomás de Estrada e aos Capitães António de Mesquita, José Magalhães e Manuel António do Terço de Trás-os-Montes que governava cento e cinquenta mosqueteiros" (Menezes, 1759: 301).

As forças, embora poucas em número, encontravam-se judiciosamente distribuídas, o *“Capitão Francisco Carvalho do Terço de Manoel Lobato guarnecia a Porta do Nó e o Capitão Braz Torrado do mesmo Terço estava dentro do Paço”*. No final do primeiro dia de confronto contra os castelhanos, Cristóvão de Brito mandou retirar para o interior as forças que tinha colocado no exterior. Depois de um dia de valorosa defesa já se registavam a morte do Capitão Magalhães e de mais 4 soldados. Para garantir que o avanço castelhano não se aproximava mais do centro da Vila, Manoel Lobato e Francisco de Moraes ficaram então a guarnecer os postos dentro da estrela (Menezes, 1759: 301).

Ao amanhecer do segundo dia chegou todo o Exército de Caracena e, no dia imediatamente após, mandou atacar a meia-lua diante da Porta de Nossa Senhora dos Remédios que o Capitão Manoel Nogueira do Terço de Francisco de Moraes, conseguiu rechaçar. Não conseguindo entrar em Vila Viçosa começou o Marquês de Caracena a colocar forças em pontos de onde pudessem chegar eventuais reforços portugueses, enquanto ordenava à sua artilharia para começar uma sistemática ofensiva de fogos sobre as muralhas e sobre a cidadela mas, para seu desespero, *“não era grande o prejuízo dos sitiados”* (Menezes, 1759: 302).

O Marquês de Caracena tinha pressa em conquistar a praça e, a 11 de junho, mandava acelerar o fogo e a construção dos aproches *“com receio do socorro”* português de Marialva. Determinou a abertura de *“uma mina contra a muralha da Vila Velha”* mas ao fim de dois dias a mina *“reventou contra eles”*. Nessa mesma noite chegou uma mensagem do Marquês de Marialva que pedia todo o empenhamento na defesa e, ao mesmo tempo, prometia o envio de uma força de reforço. Na resposta, enviada ainda no dia 13 a Estremoz, assegurava o Governador de Vila Viçosa, a determinação na defesa. No dia 14, pela noite, aproveitando uma pequena brecha que aparecera na muralha mandou Caracena concentrar o ataque nessa área. Mas a resposta dos defensores foi pronta e determinada: *“as mesmas granadas que os castelhanos lançavam, lhes tornavam a restituir, antes de reventarem, desprezando as experiências de muitos, que perderam as mãos neste valoroso exercício”* (Menezes, 1759: 303).

Estando o Governador da Praça e dois dos Mestres de Campo feridos, tiveram de retirar para dentro da Cidadela mas continuaram prontos a combater pois *“mais do que a vida, a honra, não quiseram retirar-se até ao fim da contenda”*. No dia 15 tentaram os castelhanos queimar a *“estacada”* mas, mais uma vez e felizmente, sem sucesso (Menezes, 1759: 304).

A brava resistência de Vila Viçosa estava, até aquele momento, com muita determinação e sacrifício, garantida, mas urgia reforçá-la com mais efetivos.

Assim, a 15 de Junho, saem de Estremoz o Conde de Schomberg (Chefe de estado maior), D. Luís de Menezes (General da Artilharia), Dinis de Melo e Castro (General da Cavalaria) e outros oficiais para reconhecimento do itinerário que o Exército seguiria. Acompanha-os a maior parte da cavalaria. Encontraram o inimigo também em exploração sobre o qual carregaram e obrigaram a fugir.

Reunido o conselho entre todos os chefes militares com o supremo comandante, o Marquês de Marialva, decide-se então cumprir o que se planeava e propor ao Rei o envio do Exército a marchar em socorro de Vila Viçosa porque *“ficava a duas léguas de Estremoz, e que ocupada, faria o inimigo árbitro das entradas de Elvas, Campo Maior, e ficarão aquelas praças exposta a muita grande opressão pela dificuldade dos comboios: que Borba, Redondo, Landroal e Terena”* (Menezes, 1759: 305). Depois de consultado o Rei e obtidas as autorizações *“se assentou, que o exército se pusesse em marcha quarta-feira dezassete de junho, com ordem, que se tomasse primeiro alojamento no sítio de Montes Claros, uma légua distante de Estremoz e outra de Vila Viçosa”* (Menezes, 1759: 307).

A Batalha de Montes Claros

Marialva deixou então Estremoz e marchou sobre Vila Viçosa (marcha pronta a partir das 05.00 horas da manhã junto ao Campo de St. António)⁴⁰⁷. Aí fez um discurso para encorajar as tropas do qual selecionamos este extracto⁴⁰⁸: *“Segunda vez, valerosos soldados, por Divina missão corre por minha conta exortar-vos a conseguirdes, rompendo pelos perigos de uma batalha, as consequências de uma vitória e se na primeira, na ocasião das linhas de Elvas, julgastes as minhas razões forçosas, é agora razão, que as avaleis invencíveis, pois se multiplicarão de sorte as experiências do vosso valor e da vossa felicidade, que podeis contar esta vitória (que suponho infalivelmente alcançada) como tributo indispensável, que vos paga a fortuna.”*

Marchou com a cavalaria na vanguarda (com o Conde de S. João e o General de Artilharia Luís de Menezes) e com 500 infantes na frente munidos de ferramentas para abrir caminhos. Seguiam-se 6 peças de artilharia, depois a infantaria (cada soldado com 12 balas e um arrátel de pólvora) e, em duas colunas, a restante artilharia com as cargas de munições, vedorias e bagagens. Ao fim de 10 quilómetros, pararam junto a uma fonte (para descanso e para permitir que chegassem os carros do pão à frente). Shomberg avança e des-

407 O plano era o de ocupar o Outeiro da Mina e o Alto da Encostinha, pontos dominantes próximos de V. Viçosa mas os espanhóis já tinham construído fortes nestas alturas.

408 ¹ Proferida às 08H00 de 4^a Feira 17 de Junho de 1665, nos campos de Montes Claros

cobre que os castelhanos já tinham ocupado a Vigária com a sua Cavalaria porque Caracena, informado do movimento português, decidiu procurar o confronto imediato, deixando à frente da praça de Vila Viçosa apenas um corpo de cavalaria com cerca de 1500 homens.

A 17 de Junho, quando as forças de reconhecimento avistaram os castelhanos, noticiaram a existência de massas profundas de cavalaria espanhola no seu flanco esquerdo, o que levou Schomberg a deslocar para essa ala a maior parte da cavalaria. Ficou assim o dispositivo das forças portuguesas no início da batalha: a sudeste de Rio de Moinhos, e na planície de Montes Claros, desenvolveu-se a cavalaria em 2 linhas, bem como 5 terços de infantaria (Marialva escolheu esta posição); no Alto do Mouro ocuparam os terços de Infantaria, que se estendia por um terreno de vinhedos (Schomberg ficou nesta posição) e, a artilharia foi distribuída pelos cimos referidos e nos intervalos da vanguarda. Os Espanhóis tinham um dispositivo semelhante: massa de cavalaria na sua esquerda (com o objetivo de carregar sobre o centro das nossas forças e cortar o nosso flanco direito) e infantaria na direita coberta nesse lado por pequenas forças de cavalaria (o Marquês de Caracena ficou no Alto da Vigária).

Caracena falou então às suas tropas dizendo: *“se ganharmos esta batalha, podemos contar sem dúvida com Portugal conquistado, e se a perdermos, pouco dano faremos à monarquia de Castela”* (Espírito Santo, 2005: 72) dando a entender, claramente, que os interesses porque portugueses e castelhanos se batiam eram muito diferentes e com graus distintos de importância. Para Portugal era vital vencer, estava em causa a soberania de um País de um Império mas, aparentemente para Espanha, segundo podemos depreender pelas palavras do seu comandante, esperava-se apenas pelo resultado de uma contenda que não comprometia os seus grandes desígnios nacionais. Esta diferente motivação, dos líderes de um lado e do outro, que naturalmente se estenderam às respetivas forças que comandavam, poderão ajudar a entender melhor o que de seguida iremos detalhar porque, à partida, a superioridade de meios castelhana, era bem evidente.

A Batalha iniciou-se às 10.00 da manhã do dia 17 de junho de 1765 com uma *“tempestade furiosa”* de artilharia e uma carga da cavalaria espanhola sobre o flanco direito e centro das forças portuguesas. Schomberg, apercebendo-se da intenção deste movimento, tinha feito transportar a cavalaria da esquerda para o flanco direito (ficando apenas nesse flanco 5 companhias de cavalaria). A carga da cavalaria espanhola foi sobre o flanco direito e centro das forças portuguesas (sobre os terços de Tristão da Cunha, Francisco da Sil-

va de Moura e João Furtado de Mendonça). Conseguiram romper as primeiras linhas de Infantaria e cavalaria (com mais de 1000 cavalos) “*As duas primeiras linhas tinham sido totalmente derrotadas*” (Freitas, 2009: 352). Mas a artilharia portuguesa (com o Tenente General Raposo Figueira, reforçado com 100 mosqueteiros, carregados de sacos de *balas miúdas* disparando a 50 passos) obrigou os castelhanos a retirar.



Ilustração 4: Batalha de Montes Claros. Litografia de aguarela de Roque Gameiro (1864-1935), 1900 (c.). Edição da Companhia Nacional Editora, Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/imagePopUp.php?id=55895>

A vanguarda portuguesa ficou quase aniquilada, devido ao ataque na esquerda da Infantaria espanhola mas, a pronta reação efetuada por Diniz de Melo e Castro, com o batalhão de João Pinto e Francisco de Ledesma, uma Companhia de José Pessanha de Castro, ao reforçar esta ala, conseguiram estancar a progressão. Na ala esquerda os castelhanos reforçaram o ataque e aí, alguns dos terços de portugueses e dos regimentos franceses de Fugeret e de Chévery, perderam terreno. Com a morte de António Saldanha, o flanco português ficou mesmo em perigo mas, com o terço de Sebastião da Veiga Cabral, conseguiu-se, na profundidade, deter o avanço castelhano. D. Luís de Menezes veio então à esquerda para reforçar o dispositivo e pediu reforços de munições de artilharia a Estremoz.

Schomberg toma novas medidas, movimenta-se para junto de Marialva (o seu cavalo é ferido e tem de mudar de montada) e transporta um terço de infantaria da direita para o flanco esquerdo. Francisco de Távora e Bernardino de Távora aguentam as cargas e obrigam os castelhanos a retirar. O dispositivo português é assim recomposto. A cavalaria espanhola rompeu efetivamente as primeiras linhas de infantaria e da cavalaria⁴⁰⁹ mas a artilharia, através do seu fogo contínuo, obrigou-os a retirar. A vanguarda portuguesa ficou quase aniquilada devido ao ataque na esquerda da infantaria espanhola mas Schomberg reagiu a tempo e conseguiu sustentar o avanço espanhol.

Era o final da manhã e o primeiro ataque espanhol sobre as forças portuguesas em Montes Claros tinha falhado. No lado português pressente-se a oportunidade de aproveitar este momento decisivo e nada é deixado ao acaso, tomando-se várias iniciativas. Primeiro através das transmissões de ordens para se parar um novo ataque castelhano a Estremoz, com quem se mantinha permanente ligação, o general da artilharia manda estafetas para trazer mais munições porque o tiro permanente das suas peças está a ter um efeito demolidor sobre as avançadas inimigas e, na frente da batalha, entre as várias forças do dispositivo, para ajustar e mudar capacidades essenciais entre flancos, no reforço de pontos vulneráveis e na aplicação judiciosa da reserva.

Dá-se então uma segunda tentativa no mesmo ponto de rotura e foram assim atingidos os terços da segunda linha na esquerda (esta foi uma das fases culminantes e críticas da batalha) obrigando Pedro Jaques de Magalhães a contra-atacar e a conquistar umas pequenas posições elevadas “*nas paredes de uma encosta*” enquanto o marquês de Marialva reforçava com terços de infantaria a segunda linha. Efetivamente o ataque castelhano é detido. Schomberg acode com a cavalaria no centro-direita e, por seu lado, a cavalaria castelhana não consegue passar da 1ª linha. Ao fim de 7 horas, ainda assim, a vitória parecia ser dos espanhóis, porque a superioridade continuava do seu lado. Mas uma manobra decisiva do Marquês de Marialva mudou o resultado a favor dos lusos: desguarnecendo um pouco o flanco direito, ocorreu com a alguns terços à esquerda, que passaram a opor uma resistência eficaz às investidas castelhanas, restabelecendo finalmente o equilíbrio no combate. Era tempo de levar as tropas a dar o seu máximo no combate:

“O general de Artilharia, D Luís de Meneses e o Conde de S. João correm aos terços da vanguarda, animando-os com palavras de louvor e de incitamento, ao que responderam todos lançando os chapéus para o ar, que antes morreriam feitos em pedaços que perderem um palmo de terreno em que estavam. E a forte sebe

409 Que esperavam de piques em riste e arcabuzes apontados.

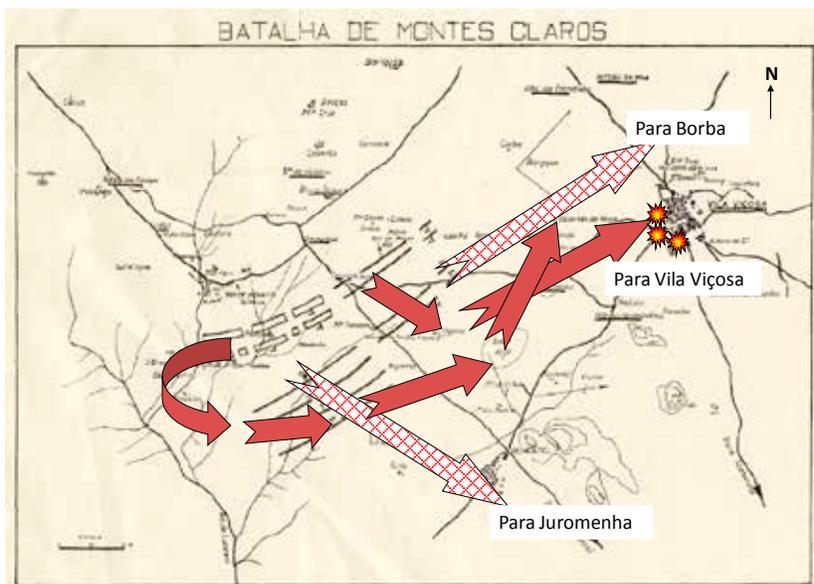
humana foi novamente e por vezes atacada pela luzente cavalaria inimiga que nem sequer conseguia agora romper a primeira linha, nem teve o apoio que esperava da sua infantaria, a qual não prosseguiu com o receio do ataque dos flancos dos esquadrões de Simão de Vasconcelos (Sepúlveda, 1898, pp 68-77).

Depois de este renovado ataque espanhol, como vimos sem sucesso, às três da tarde, invertia-se a tendência e agora já parecia que a vitória seria portuguesa: a artilharia espanhola não disparava, a sua fortíssima cavalaria não conseguia penetrar o dispositivo, a infantaria atacava desordenada e começava a recuar. Os portugueses estavam coesos, a Infantaria, a Artilharia, a Cavalaria combatiam como um só corpo de batalha e as linhas de comunicação para a retaguarda e na frente estavam firmes porque a Engenharia tinha melhorado tanto as defesas de Estremoz como as de Vila Viçosa e apoiara a mobilidade com o “*equipamento sapador, destinados a facilitar o andamento das peças de artilharia que iam atrás*” (Lousada, 2011: 307)⁴¹⁰. As ordens dos comandantes para e entre e as forças fluíam, eram transmitidas em tempo, sabendo-se assim sobre o estado efetivo das várias forças, permitindo um contínuo ajustar da batalha, o chegar de reforços, de reabastecimentos. Portugal demonstrava assim que a sinergia entre as várias Armas Combatentes (Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia e Transmissões), bem lideradas e fortemente motivadas, era a forma mais eficaz de vencer um dos melhores exércitos de mundo, mesmo encontrando-se em inferioridade numérica.

Finalmente, e como terceira e última tentativa espanhola para tentar ainda inverter o rumo da batalha, a sua cavalaria simulou uma retirada e atacou de novo sobre o flanco direito português, mas já não teve o ímpeto das cargas anteriores. O Tenente-general D. João da Silva, na direita com a cavalaria, avisou Melo e Castro e este contra-atacou pela retaguarda, o que obrigou os espanhóis a debandar (fora o golpe decisivo). A luta entre as infantarias portuguesas e espanholas continuava árdua mas Marialva, aproveitando este sucesso da cavalaria portuguesa, conseguiu envolver a infantaria espanhola e esta foi obrigada a render-se.

Os espanhóis, face ao desgaste sofrido, resolveram então retirar-se de volta a Espanha. A exploração levada a efeito pelo General de Cavalaria Diniz de Mello e Castro conduziu ao aniquilamento do inimigo e, simultaneamente, em Vila Viçosa, uma sortida dos sitiados destroçou um corpo de 1.800 arcabuzeiros e ao capturar de toda a artilharia de sítio espanhola. Assim, escreve Ericeira, “*abatida toda a oposição dos castelhanos, vitorioso e triunfante, marchou o exército para Vila Viçosa*”.

410 “que levavam ferramentas para abaterem os valados e facilitarem os passos difíceis” (Ericeira, 1946, IV, pg. 290)



O cerco a Vila Viçosa termina

A exploração da vantagem obtida na batalha, levada a efeito pelo General de cavalaria Diniz de Mello e Castro, iria conduzir ao aniquilamento do inimigo. Os mestres de Campo Ferreira e Rebelo foram ocupar uma colina que cortou a retirada à cavalaria. Pedro Jaques de Magalhães ordenou a 5 terços da esquerda que se juntassem à cavalaria na perseguição e, na direita, Simão de Vasconcelos e D. João da Silva saíram do terreno que ocupavam no flanco e também se juntaram à cavalaria na perseguição. A ação de perseguição foi até Juromenha onde se abrigaram Caracena e o Duque de Ossuna (que tinha assistido à batalha). Finalmente, quatro dos terços inimigos ainda subiram à Serra de Ossa, mas acabaram por se renderem.

Durante o tempo desta batalha, os sitiados na praça de Vila Viçosa “*não haviam estado ociosos, porque ficando os aproches guarnecidos por mil e oitocentos infantes à ordem de Nicolau de Langres (...) fizeram uma sortida todos os que estavam capazes de tomar armas e, apesar da porfiada resistência ganharam as trincheiras, degolaram a maior parte dos inimigos*”. Quando finalmente chegaram as forças de socorro enviadas por Marialva, os Capitães António de Abreu e Cristóvão de Dornelas à frente de um destacamento com mais sessenta mosqueteiros, só tiveram tempo de ouvir, e assistir, aos entusiásticos festejos da vitória sobre os sitiados (Menezes, 1759: 329-330).

Montes Claros foi uma batalha decisiva entre dois exércitos que desejavam o embate físico, a “prova de força” no campo de batalha, o modo da estratégia direta entre oponentes. Foi a demonstração de que um uso correto e inteligente entre as várias Armas do Exército, de forma coordenada, combinada, em permanente ligação, exponenciava o valor da força. Que mesmo em inferioridade numérica se conseguia atingir os melhores resultados possíveis, quando uma força era potenciada por uma liderança eficaz e uma boa rede de informações.

A vontade inequívoca na defesa Vila Viçosa, de a reforçar a todo o custo, constitui-se como a “prova de força” da determinação portuguesa. Escolhera-se o modo da estratégia direta, ao invés do proposto na época e que era a estratégia limitada (de atrição, através da paciente acumulação de recursos económicos, negando-os ao adversário). Vila Viçosa era a capital avançada de Lisboa. Manter Vila Viçosa significou manter Portugal e a vitória de Portugal foi a garantia que se podia manter o Império.

Na raia alentejana decidiu-se o destino de inúmeros territórios, da vida e futuro de imensos povos que fizeram a grandeza de Portugal. Porque se venceu em Montes Claros, o Portugal de então, multicultural, multiterritorial, espalhado pelos cinco continentes, manteve-se e afirmou-se. Os portugueses demonstraram que tinham projeto, que tinham garra e determinação, que quando provavam o seu valor garantiam aliados e apoiantes, e que o sonho de continuarem independentes se voltava, uma vez mais, a afirmar.

Se em 1385, em Aljubarrota, se defendeu e se afirmou um Reino, em 1665, em Montes Claros e em Vila Viçosa, defendeu-se e afirmou-se um Império. Saibamos hoje honrar a memória dos que se bateram por nós. Honrando o seu sacrifício damos sentido ao que temos de garantir no nosso futuro: a perseverança e o supremo orgulho de continuar a acreditar em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

AAVV, **XV Colóquio de História Militar**, LISBOA, Comissão Portuguesa de História Militar, 2005.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, **Vila Viçosa, as esmolos e os pobres do duque D. João II (1636-1646)**, in *Revista de Demografia Histórica*, Saragoça, XXII-II, pp. 183-205, 2004.

DIAS, Eurico Gomes, **Gazetas da Restauração: 1641-1648 uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita)** Lisboa, MNE – Instituto Diplomático, 2006.

FREITAS, Jorge Penin:

A Batalha de Montes Claros vista por um Oficial Inglês, Lisboa em *Lusíada História* inº 5/6, pp. 339-358, 2009.

Guerra da Restauração, blog disponível em: <http://guerradarestauracao.wordpress.com/>, 2014.

LOPES, Pedro M. A. Fonseca, **Batalha de Montes Claros** Lisboa, IAEM, TI do CEM - 95/97, 1996.

LOUSADA, Abílio, **A Restauração Portuguesa de 1640: Diplomacia e Guerra na Europa do Século XVII**, Lisboa, Fronteira do Caos, 2011.

MENEZES, D. Luís de, **História de Portugal Restaurado**, Lisboa, Parte Segunda, Tomo IV, 1662-1668, 1759.

PIRES, Nuno Lemos:

“**Batalhas da Restauração**”, Colaborador e coautor de textos no DVD sobre o Palácio Fronteira e a Guerra da Restauração, disponível em: <https://www.frenteira-alorna.com/textos.htm>, 2003.

“**A Primeira Guerra Global Portuguesa: A Restauração**”, em **A GUERRA**, Coimbra, *Revista de História das Ideias*, Vol. 30, Faculdade de Letras da Univ Coimbra, pp. 337-353, 2009.

“**A Batalha de Montes Claros e o conceito de Armas Combinadas**”, Mafra, *Revista Armas Combinadas*, Junho 2014, pp. 6-12; disponível em: <http://www.exercito.pt/sites/EA/Publicacoes/Documents/AC/AC01.pdf>

SANTO, Gabriel Espírito, **Montes Claros 1665**, Lisboa, Tribuna, 2005.

SARAMAGO, José, **Viagem a Portugal**, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.

SIMÕES, João Miguel, **Borba: Património da Vila Branca**, Borba, Edições Colibri, 2007.

SEPÚLVEDA, Christovam Ayres De Magalhães, **História Orgânica e Política do Exército Português**, Vol II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.